

A política externa dos EUA para o Oriente Médio (2003-2011) e o surgimento do Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS)

The US foreign policy to the Middle East (2003-2011) and the rise of Islamic State in Iraq and Syria (ISIS)

Alexandre Cesar Cunha Leite
Igor Henriques Sabino de Faria
Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico
Cristina Carvalho Pacheco

Resumo

O presente artigo analisa a relação entre a política externa dos EUA para o Oriente Médio entre 2003 e 2011 e o surgimento do grupo terrorista Estado Islâmico no Iraque e Síria (ISIS) em junho de 2014. Utiliza-se o conceito de “Blowback” de Johnson (2000) a fim de explicar consequências inesperadas resultantes de decisões de política externa estadunidense. Defende-se a hipótese de que a invasão do Iraque em 2003 proporcionou um vácuo de poder na região que somado à postura adotada pelos EUA diante dos desdobramentos da Primavera Árabe em 2011, teria proporcionado as condições necessárias para a criação do ISIS. O método utilizado é a inferência causal nas Relações Internacionais, tomando-se como variável dependente a criação do ISIS, em 2014; e como variável explanatória, a política externa dos EUA para o Oriente Médio entre 2003 e 2011. As variáveis intervenientes serão: a Guerra do Iraque em 2003 e a Primavera Árabe em 2011.

Palavras-chave

Política Externa; Blowback; Primavera Árabe; Estado Islâmico (ISIS).

Abstract

This article analyses the relationship between US foreign policy in the Middle East between 2003 and 2011 and the emergence of the terrorist group Islamic State of Iraq and Syria (ISIS) in June 2014. Therefore, it will use the concept of "Blowback" formulated by Johnson (2000) to explain unexpected consequences of certain US foreign policy decisions. Thus, it defends the hypothesis that the invasion of Iraq in 2003 provided a power vacuum in the region. This fact, together with the stance adopted by the US on the developments of the Arab Spring in 2011, would have provided the necessary conditions for the creation of ISIS. In order to be achieved this goal, it will use the method of causal inference in International Relations. Thus, it will be taken as a dependent variable the creation of ISIS in 2014; and as an explanatory variable, US foreign policy in the Middle East between 2003 and 2011. The intervening variables are: the Iraq war in 2003 and the Arab Spring in 2011.

Keywords

Foreign Policy; Blowback; Arab Spring; Islamic State of Iraq and Syria (ISIS).

Introdução

Desde os atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001, uma das principais ameaças à manutenção da ordem na sociedade internacional tem sido a atividade transnacional de grupos terroristas islâmicos, a exemplo da Al-Qaeda¹. O combate a esses grupos levou os EUA a adotarem uma política externa intervencionista em várias partes do Oriente Médio, sobretudo no Iraque, o qual foi alvo da intervenção estadunidense em 2003, sob o pretexto de que o presidente do país, o ditador Saddam Hussein, possuía armas de destruição em massa e mantinha vínculos com a Al-Qaeda.

Quase dez anos após a Guerra do Iraque de 2003, o terrorismo islâmico continua a ser uma questão de segurança internacional. Desde junho de 2014, o grupo terrorista *Islamic State of Iraq and Syria* - ISIS (Estado Islâmico do Iraque e Síria) passou a controlar áreas estratégicas do território do Iraque, Síria, Líbia e Egito. Países esses que, desde 2011, têm sido diretamente afetados por conflitos civis oriundos da chamada “Primavera Árabe”, uma onda de protestos e mudanças políticas ocorridas em países do Norte da África e Oriente Médio, iniciadas na Tunísia, no final de 2010 (MONIZ BANDEIRA, 2013; DANAHAR, 2013).

O ISIS tem chamado a atenção de toda a sociedade internacional devido aos seus métodos violentos empregados contra os seus opositores e as tentativas de genocídio contra minorias étnicas e religiosas nos territórios em que ocupa. Além disso, o grupo terrorista recruta milhares de jovens europeus para se juntar às frentes de combate na Síria e Iraque e já reivindicou a autoria de vários atentados na França e Bélgica (CNN, 2017).

Com base nestes fatos, o presente artigo visa, por meio de uma revisão bibliográfica de fontes secundárias, analisar de que modo a política externa dos EUA para o Oriente Médio no período pós 11 de Setembro teria contribuído com o surgimento do ISIS. Tomando como aporte teórico o conceito de *Blowback* formulado por Chalmers Johnson (2000), defender-se-á a hipótese de que a invasão do Iraque em 2003 proporcionou um vácuo de poder na região; o que, juntamente com a postura estadunidense adotada diante dos desdobramentos da Primavera Árabe em 2011, teria estabelecido as forças catalisadoras para a criação do ISIS.

¹ A Al-Qaeda é um grupo fundamentalista islâmico fundado pelo saudita Osama Bin Laden, responsável por vários atos de terrorismo contra os EUA, sendo os mais notáveis os atentados do 11 de Setembro de 2001 (DEMANT, 2004).

A fim de ser alcançado esse objetivo, será utilizado o método da inferência causal nas Relações Internacionais. Assim, tomar-se-á como variável dependente a criação do ISIS, em 2014; e como variável explanatória, a política externa dos EUA para o Oriente Médio entre 2003 e 2011. As variáveis intervenientes serão: a Guerra do Iraque em 2003 e a Primavera Árabe em 2011.

Isto posto, o presente artigo encontra-se dividido da seguinte maneira: no primeiro tópico do artigo analisa-se os motivos que levaram os EUA a intervirem no Iraque em 2003 e os desdobramentos dessa intervenção no equilíbrio interno do país, a qual teve fim apenas em 2011, segundo a premissa tomada na hipótese. No segundo tópico, observa-se a postura adotada pelo governo dos EUA diante dos eventos da Primavera Árabe, sobretudo no caso da Guerra Civil da Síria. No terceiro tópico, aponta-se as condições que levaram à criação do ISIS em 2014. Por fim, nas considerações finais, avalia-se a relação causal entre a política externa estadunidense e a ascensão do grupo terrorista, tendo em vista o conteúdo dos tópicos anteriores.

A Guerra ao terror: do 11 de setembro à invasão do Iraque (2001-2011)

Os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001 contra as torres gêmeas do *World Trade Center* em Nova York afetaram de modo significativo as relações internacionais no século XXI. O atentado, além de desafiar a segurança nacional da maior potência contemporânea, foi impetrado não por um Estado específico, mas por um ator internacional até então desconhecido por muitos, com exceção do governo dos EUA.

A Al-Qaeda, organização transnacional islamita responsável pelo atentado, era liderada pelo saudita Osama Bin Laden, um antigo aliado dos EUA durante a Guerra Fria na luta contra a ocupação soviética do Afeganistão no final de 1979 (BERGEN e REYNOLDS, 2005). De acordo com Kennedy-Pipe (2012), a ascensão da Al-Qaeda e de Bin Laden em 2001 são resultantes do apoio dado a ele e aos *mujahidin* no Afeganistão por parte dos EUA e da CIA, agência de inteligência estadunidense. Deste modo, o 11 de Setembro pode ser visto, na verdade, não como um atentado terrorista inesperado, mas sim como uma parcela de um movimento muito mais amplo de resistência à hegemonia estadunidense e sua política externa expansionista, que advém desde os anos da Guerra Fria (KENNEDY-PIPE, 2012).

Chalmers Johnson (2002) sustenta que no evento do 11 de Setembro, Bin Laden apenas pôs em prática o que havia aprendido com a CIA como uma forma de

se vingar pela instalação de bases militares dos “infiéis” estadunidenses na Arábia Saudita após a Guerra do Golfo para apoiar um regime corrupto (JOHNSON, 2000). O mesmo é reiterado por Perkins (2004), que afirma que a CIA ajudou a criar e patrocinou diversos grupos terroristas, dentre eles o Taleban e a Al-Qaeda, além de apoiar a Arábia Saudita, o maior difusor do terrorismo islâmico no mundo (PERKINS, 2004).

Johnson (2000) descreve a situação como sendo uma forma de *Blowback*. O termo, segundo ele, foi utilizado pela primeira vez em março de 1954 em um documento da CIA acerca da operação realizada pela organização em 1953 a fim de depor o governo de Mohammed Mossadegh no Irã². Seria, portanto, uma metáfora para designar as consequências indesejáveis de ações internacionais do governo estadunidense que haviam sido mantidas secretas da população (JOHNSON, 2000).

Logo, o 11 de Setembro teria sido mais um desastroso resultado indesejado da política externa estadunidense, ainda que inesperado, assim como a tentativa de mudança de regime no Irã em 1953. O atentado terrorista, no entanto, serviu para justificar uma política externa ainda mais unilateral e militarista por parte da administração de George W. Bush (2002-2008), marcada, após o atentado, sobretudo por valores ideológicos e questões religiosas (RESENDE, 2012).

Para compreender essas ações da política externa estadunidense, no entanto, faz-se necessário primeiro, entender as principais ideias que guiam a atuação internacional do país. De acordo com Alarcon (2012), os EUA conseguiram, de modo atípico, fortalecer uma prática internacional baseada no interesse nacional, mas capaz de vincular valores idealistas com uma prática realista. Dessa forma, têm adotado, ao longo de sua existência, atitudes diversas quanto à política externa, não se prendendo a binarismos políticos, como isolacionismo/intervencionismo, idealismo/realismo, pragmatismo/utopismo (ALARCON, 2012). Essa pluralidade da política externa estadunidense é percebida por Mead (2006), que divide a história da política externa dos EUA em quatro períodos distintos correspondentes à quatro “escolas de política externa”: os hamiltonianos, os wilsonianos, os jeffersonianos e os jacksonianos (MEAD, 2006).

Alarcon (2012) ratifica a divisão de Mead (2006) e classifica as escolas da seguinte maneira:

² Todos os documentos até então divulgados sobre a operação da CIA para deposição do governo de Mohammed Mossadegh, conhecida como Operação Ajax (1953) encontram-se em: <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB435/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

- **Hamiltoniana:** faz referência a Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e propõe que a principal missão do governo deve ser a promoção da vitalidade das empresas estadunidenses tanto interna como externamente, apoiando comerciantes e investidores nacionais.
- **Wilsoniana:** está relacionada ao presidente Woodrow Wilson e postula a obrigação moral e prática dos EUA de espalharem os seus valores pelo mundo como um meio para alcançar os seus objetivos nacionais.
- **Jeffersoniana:** está associada ao nome de Thomas Jefferson e além de não ver a imposição de valores como uma política externa interessante para o país, afirma que os EUA devem buscar alcançar os seus interesses nacionais fazendo o menor uso possível da força.
- **Jacksoniana:** faz referência ao presidente Andrew Jackson (1767-1845) e apela para uma cultura populista baseada na honra, independência, coragem e orgulho militar, o qual se manifesta na manutenção de grandes orçamentos de defesa a fim de assegurar os objetivos de segurança (ALARCON, 2012).

Isto posto, é necessário ressaltar que os neoconservadores tiveram primazia durante o governo Bush. Entretanto, apesar disso, como ressalta Arquila (2006) não se pode atrelar toda a administração apenas a essa escola, tendo em vista o fato de que a política externa dos EUA é resultado de uma extensa burocracia envolvendo várias agências nacionais. Assim, reafirmando a divisão proposta por Mead (2006) e Alarcon (2012), de acordo com Arquila (2006), o presidente Bush esteve em um ponto intermediário entre a escola jacksoniana e hamiltoniana, caminhando para a wilsoniana ao longo de seu mandato (ARQUILA, 2006).

Tal posição permite explicar, por exemplo, a mudança ocorrida na política externa dos EUA após o 11 de setembro, que passou a ter como parâmetros centrais a ideologia, as consequências indesejadas de políticas prévias e uma crença cada vez maior na utilidade do poder militar como forma garantir a segurança nacional (KENNEDY-PIPE, 2012). As consequências e decisões diretas dessa nova política são inicialmente a invasão do Afeganistão em 2002 e do Iraque em 2003. Era o início da chamada “Guerra ao Terror”, a qual teria como objetivo o estabelecimento de regimes democráticos no Oriente Médio como uma forma de combater o terrorismo (DALACOURA, 2005).

De acordo com Kennedy Pipe (2012), a invasão do Afeganistão foi justificada pelo fato deste constituir-se no país onde estava situada a base de operações da célula terrorista de Bin Laden. Após propor ao regime dos Talibás que entregasse os terroristas da Al-Qaeda, os EUA ameaçaram invadir o país, remover o Talibá e destruir a Al-Qaeda, caso o governo afegão não cooperasse. A ação norte americana deu-se em 07 de outubro de 2001, quando os EUA juntamente com o Reino Unido iniciaram as primeiras operações no Afeganistão, após o regime se negar a cooperar com o combate aos terroristas. A curto prazo, a invasão foi um grande sucesso, uma vez que retirou o Talibá do poder e destruiu toda a infraestrutura da Al-Qaeda. No entanto, não foi capaz de capturar Osama Bin Laden, que conseguiu escapar, fugindo pela fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão na batalha de Tora Bora, no final de 2001 (KENNEDY-PIPE, 2012). O saudita só viria a ser capturado e morto pelos EUA em 02 de maio de 2011, no Paquistão, já durante o Governo de Barack Obama (2009-2016).

A intervenção no Iraque, por sua vez, foi justificada pelas afirmações do presidente Bush de que o Iraque dispunha de armas de destruição em massa e que o seu presidente, Saddam Hussein, mantinha relações com a Al-Qaeda (US PRESIDENT, 2003). Diferente da intervenção no Afeganistão, os EUA não tiveram amplo apoio da opinião pública internacional ao intervirem no Iraque. Algumas grandes potências opuseram-se a sua decisão unilateral, sobretudo a França, uma vez que não haviam provas suficientes para legitimar a intervenção com base na chamada “Guerra ao terror” (SAIKALY, 2009).

Isso ficou indicado pela atitude do governo iraquiano frente à Resolução 1441/2002, adotada de modo unânime pelo Conselho de Segurança da ONU. A Resolução recomendava ao governo iraquiano que declarasse todas as armas de destruição em massa que possuía ou sofresse as consequências (ONU, 2002). Como ressalta Saikaly (2009), Saddam acatou a resolução e em 27 de novembro de 2002 os inspetores da ONU iniciaram a última verificação no Iraque. O Iraque submeteu um relatório final em 07 de dezembro de 2002 declarando que o país não dispunha de armas de destruição em massa. Entretanto, o Secretário de Estado estadunidense Colin Powell, afirmou que o relatório não atendia às demandas da ONU (SAIKALY, 2009). O Conselho de Segurança, manteve-se contra a intervenção e não lançou nenhuma Resolução autorizando-a. Logo, ainda havia uma primazia nas metas de política externa estadunidense focada no Oriente Médio, tendo em vista os supostos riscos à segurança “internacional.

De acordo com Miller (2009), o que motivou a invasão do Iraque foi a visão pragmática de Bush de que para manter os interesses econômicos e estratégicos dos EUA no Oriente Médio seria necessário fortalecer os laços com Israel e a Arábia Saudita e isolar o Iraque, a Síria e o Irã como partes do “Eixo do Mal” a ser contido, mesmo que, para isso, fosse preciso remodelar toda a política do Oriente Médio. (MILLER, 2009). Por outro lado, Owen IV (2005) argumenta que embora as causas reais do ataque ao Iraque sejam bastante complexas, o discurso de *regime change* – a substituição da ditadura de Saddam Hussein por uma democracia – foi essencial para Washington justificar suas ações. De acordo com o autor, o que motivou a intervenção foi a crença do presidente Bush na teoria da paz democrática, segundo a qual, Estados democráticos não entram em guerra entre si. Logo, um Iraque democrático não seria mais uma ameaça para os EUA nem para Israel. Owen IV (2005), argumenta, ainda, que Bush ignorou o fato de que as premissas da paz democrática não se aplicam à democracias recentes (OWEN IV, 2005).

No meio acadêmico, não houve consenso acerca da invasão do Iraque. No entanto, como ressalta Gordon (2014), vários teóricos notáveis de Relações Internacionais foram bastante críticos da ação do governo Bush. Os autores Richard Betts, Robert Jervis, John Mearsheimer, Randall Schweller, Stephen Walt, e Kenneth Waltz se posicionaram coletivamente por meio de uma publicação conjunta na qual afirmaram que a guerra contra o Iraque não estava de acordo com o interesse nacional estadunidense (MEARSHIMER, 2006). Os principais argumentos por eles defendidos baseavam-se no fato de o Iraque não mais constituir uma ameaça e que uma intervenção militar no país poderia desequilibrar a balança de poder do Oriente Médio, gerando ainda mais incertezas (GORDON, 2014).

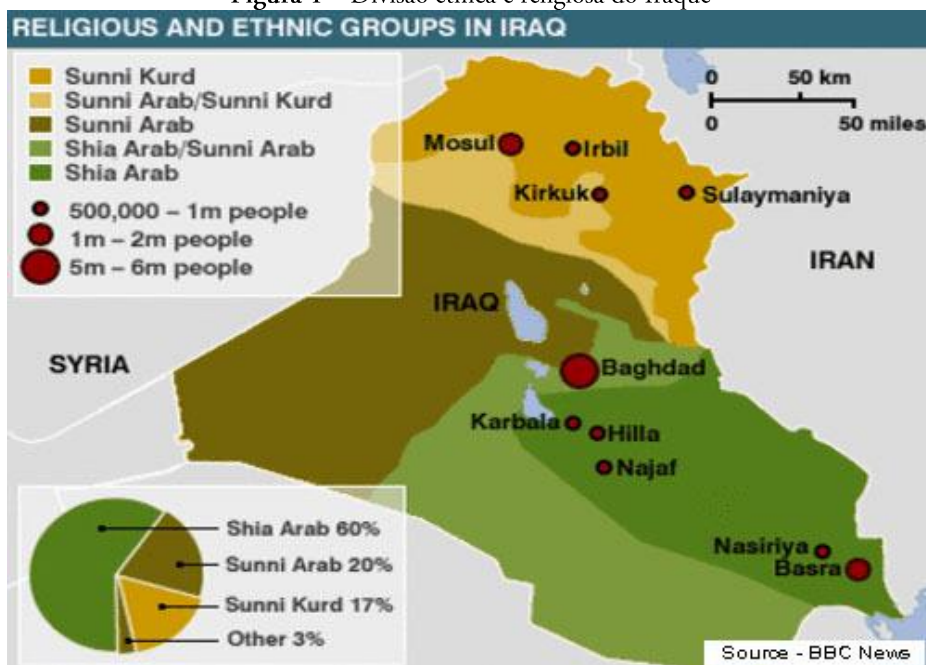
Os desdobramentos políticos posteriores à intervenção confirmariam a previsão dos autores. Na visão de Paul Danahar (2013), a invasão do Iraque foi um sucesso militar, mas a sua ocupação foi um desastre. Segundo o autor, isso se deu pelo fato de que os EUA não possuíam planos de realizar uma ocupação. Os americanos invadiram em março com a expectativa de deixarem o país em setembro (BOWEN, 2003). A administração Bush embarcou no projeto político mais ambicioso da América para uma geração, que foi a mudança de regime no Oriente Médio por meio de uma invasão militar. No entanto, tudo o que os EUA conseguiram foi derrubar um autocrata militar para substituí-lo por outro, trocaram Saddam Hussein pelo Primeiro Ministro Nouri al-Malaki (DANAHAR, 2013).

O período pós-intervenção foi marcado pela busca por parte dos EUA em capturar os antigos líderes do Partido Baas de Saddam Hussein, bem como pelo início dos acordos entre a coalizão multinacional, líderes locais e exilados e a ONU para a formação de um governo transitório (VISENTINI, 2014). Embora uma das justificativas da intervenção tenha sido a presença da Al-Qadea no Iraque, foi apenas durante esse período que o grupo terrorista se instalou de fato no país, exatamente com o intuito de combater as forças estadunidenses.

Militantes islâmicos estrangeiros, juntamente com apoiadores do antigo governo tornaram-se então as principais forças de resistência à ocupação, realizando ataques a bomba nas cidades mais importantes do Iraque e matando milhares de civis. Ainda assim, em julho de 2003, o Embaixador estadunidense no Iraque anunciou a formação de um governo de transição, formado por lideranças xiitas e curdas, negligenciando, porém, os sunitas, que eram pilares do governo anterior. O governo de transição também aprovou uma nova Constituição e a Lei de Administração do Estado do Iraque, que declarava um governo democrático, republicano, pluralista e federal (VISENTINI, 2014).

A marginalização dos sunitas, no entanto, foi um dos principais erros dos EUA em sua tentativa de tornar o Iraque um país democrático. A medida contribuiu ainda mais para os conflitos sectários entre xiitas, sunitas, curdos, cristãos e outras minorias étnicas e religiosas, dificultando a unificação nacional e dando espaço para a atuação de milícias que por meio do uso da violência afirmavam defender os interesses das minorias que se propunha representar – ver Figura 1.

Figura 1 – Divisão étnica e religiosa do Iraque



Fonte: BBC, 2017.

A situação piorou em 2005, após a eleição do Primeiro Ministro Nour al-Maliki. De acordo com Weiss e Hassan (2015), a eleição contribuiu diretamente para o fortalecimento da Al-Qadea do Iraque (AQI) e de outros grupos radicais sunitas que mais tarde viriam a se transformar no ISIS. Isso se deu pelo fato de Maliki ser xiita e fomentar práticas sectárias contra os sunitas, tendo o apoio do Irã, que buscava aumentar o seu poder no Iraque (WEISS e HASSAN, 2015).

A insatisfação sunita foi uma das estratégias utilizadas pelo ISIS para aumentar a sua influência e se configurar como uma resposta ao despotismo de Malik. Isso resultou na tomada de controle de cidades importantes do Iraque por parte das forças contrárias ao governo, em janeiro de 2014. Após tentativas frustradas do exército iraquiano de reconquistar as cidades perdidas e manter o controle de partes estratégicas do território nacional, em junho do mesmo ano, o ISIS se auto proclamou um Califado e lançou uma ofensiva no Norte do Iraque, conquistando a cidade de Mossul. Em seguida, o grupo realizou ataques em outras cidades e conseguiu obter o controle de cerca de 70% do país – ver Figura 2.

Figura 2 – Territórios com presença do ISIS



Fonte: The Economist, 2014.

Para compreender o que possibilitou à ascensão do ISIS, no entanto, faz-se necessário ressaltar os rumos que a política externa dos EUA tomou durante o governo de Barak Obama, o que será abordado a seguir.

A Administração Obama (2011-2014): o fim da guerra no Iraque e a Primavera Árabe

Um dos eventos que marcaram a política externa dos EUA para o Oriente Médio durante o primeiro mandato do Presidente Barack Obama (2009-2012) foi a retirada completa das tropas estadunidenses do Iraque, em 2011, momento em que os EUA deram por finalizada a Guerra iniciada em 2003 (OBAMA, 2011). A partir desse período, é possível observar uma mudança significativa nos rumos da política externa dos EUA, sobretudo com relação ao Oriente Médio. O foco da estratégia de Obama passou a ser os problemas internos que os EUA enfrentavam, restringindo a

atuação no Oriente Médio apenas ao Afeganistão e à Líbia (FITZGERALD, RYAN, 2014).

Além disso, o democrata também apoiou os levantes populares da Primavera Árabe e alinhou os EUA aos protestantes que demandavam mudanças políticas, apesar de seus grandes aliados na região tratarem-se exatamente governos que estavam sendo alvo dos protestos. Obama reconheceu o sofrimento das populações árabes e a legitimidade de suas demandas, no entanto, falhou em apoiar consistentemente os levantes da região e em administrar os conflitos advindos deles (LYNCH, 2015).

Entretanto, apesar de seus discursos dirigidos ao mundo muçulmano contrários a uma visão generalista acerca do Islã, em sua tentativa de propor uma solução alternativa à ideia de um choque de civilizações, que guiava a política externa de Bush, Obama estava muito mais preocupado em garantir a manutenção dos interesses nacionais dos EUA do que com a estabilização do Iraque e do Oriente Médio³. Isso pode ser percebido em algumas de suas decisões de política externa concernentes ao caso em análise.

A retirada das tropas estadunidenses do Iraque, por exemplo, foi uma tentativa de Obama de pôr fim ao envolvimento dos EUA em uma guerra a qual ele sempre se opôs. No entanto, embora o presidente tenha afirmado o desejo de realizar uma saída estável e responsável, não foi isso o que de fato ocorreu. De acordo com Fitzgerald e Ryan (2014), o discurso utilizado pelo democrata para justificar tal ação considerava apenas os interesses internos dos EUA e dava pouca atenção às necessidades internas do Iraque. Embora a retirada das tropas também fosse um interesse do governo iraquiano, caberia aos EUA questionarem as condições de vida das populações locais iraquianas, sobretudo diante dos conflitos sectários que poderiam desestabilizar o país e das tendências ditatoriais do Primeiro Ministro Al-Malik, cujas medidas repressivas contra sunitas permitiram o surgimento de grupos radicais islâmicos (FITZGERALD e RYAN, 2014).

Além disso, de acordo com Lynch (2015) Obama enxergou os levantes da Primavera Árabe de modo esperançoso e baseado em visão progressista e de mudança moral, semelhante ao plano que ele havia aplicado internamente, na política doméstica dos EUA. Segundo o autor, a visão de Obama acerca da Primavera Árabe foi inconsistente com a realidade e sempre que foi forçado a escolher, preferiu

³ Uma das características da política externa de Obama foi o foco na Ásia, sobretudo, frente à ascensão econômica da China (PAVGI, 2011).

sacrificar a transformação política pela sua estratégia de manter a situação estável. Isso o fez silenciar acerca dos protestos ocorridos nos países do Golfo a fim de manter as relações com os aliados, mesmo quando isso trouxe resultados não democráticos, como no Iêmen, devido à influência da Arábia Saudita. Como ressalta Lynch;

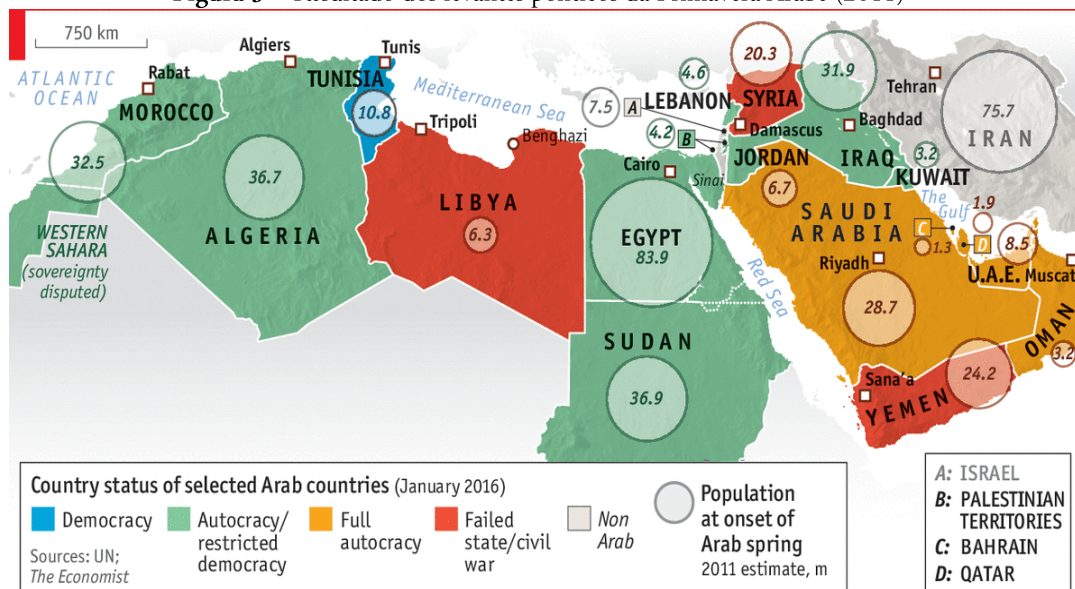
Obama read the transformative potential of the Arab Spring accurately, but he couldn't figure out how to guide it in the right direction. This failure was partly due to the primal forces unleashed and partly due to the destructive role of U.S. allies that worked hard to frustrate any movement toward democracy (LYNCH, 2015, p. 4).

Logo, o principal empecilho para a adoção da política externa planejada por Obama foi o fato de os valores que guiavam a sua visão contradizerem os interesses nacionais dos EUA no Oriente Médio. A necessidade de manter boas relações com a Arábia Saudita, o Catar e a Turquia, bem como o apoio dado ao Primeiro Ministro Iraquiano Malik, levariam o país a se envolver, ainda que de modo indireto, com as chamadas *proxy wars*, as quais contribuíram diretamente para o surgimento do ISIS (NAPOLEONI, 2014).

Segundo Danahar (2013), enquanto que os EUA estavam mais preocupados em manter a estabilidade do Oriente Médio frente à nova ordem que estava prestes a surgir, os países do Golfo, uma vez conscientes de que haviam perdido a estabilidade interna, decidiram abalar ainda mais as coisas externamente, buscando os seus próprios interesses e tentando direcionar as mudanças em curso na região de acordo com as suas preferências estratégicas. Iniciou-se então outra etapa do conflito de décadas de *proxy-wars* entre bastiões conservadores de poder xiita e sunita. A Arábia Saudita viu na ocasião uma oportunidade para enfraquecer o poder do Irã na região e para isso precisaria do apoio americano; o que constitui um dos maiores desafios para os EUA no Oriente Médio, desde que começaram a exercer influência na região nos anos 1950.

Como consequência dessa política externa de desengajamento nos conflitos no Oriente Médio após a Guerra do Iraque de 2003 e de apoio à Arábia Saudita e ao Catar a fim de salvaguardar os interesses estadunidenses, o Presidente Obama juntamente com a sua então Secretária de Estado Hillary Clinton optou por não intervir na Guerra Civil da Síria. O conflito teve início em 2011, decorrente dos protestos iniciados durante da Primavera Árabe contra o presidente sírio Bashar Al-Assad, e ainda está em curso. Constitui-se, portanto, mais um dos fracassos políticos decorrentes do movimento iniciado no final de 2010 – ver Figura 3.

Figura 3 – Resultado dos levantes políticos da Primavera Árabe (2011)



Economist.com

Fonte: The Economist, 2016.

Fitzgerald e Ryan (2014) ressaltam que, diferente das tropas iraquianas em 2003, as forças sírias eram mais integradas e relativamente mais sofisticadas. Além disso, a Síria possui aliados fortes na Rússia e China, bem como o suporte regional por parte do Irã e Hezbollah. Soma-se a isso a falta de unanimidade no Conselho de Segurança da ONU quanto a uma intervenção e a falta de organização entre as milícias de oposição na Síria. Tudo isso levou Clinton a temer o surgimento de uma guerra civil na Síria após a deposição de Assad e que uma intervenção estadunidense pudesse contribuir ainda mais para que isso ocorresse, não intervindo, portanto. Contudo, como afirmam os autores, ela e Obama

[...] did not calculate that a lack of intervention coupled with ongoing verbal condemnation and rhetorical and humanitarian support, with small arms coming through to rebel groups from Saudi Arabia and Qatar, would also exacerbate a civil war; through such a reticent response the United States not only failed to prevent an ongoing catastrophe, but also made things worse by contributing inadequately to a moderate resistance that was losing ground to more radical groups. They did not gauge the growing sectarian divide across the entire

region and its implications for US policy, security, and interests (FITZGERALD e RYAN, 2014, p. 109).

Assim, Obama, em sua tentativa de não cometer os mesmos erros da Administração Bush, procurando manter os interesses nacionais dos EUA fora do Oriente Médio, e assim melhorar a imagem do país na região, apenas contribuiu para que houvesse ainda mais instabilidade e insegurança.

Alguns líderes militares, tanto aposentados como ainda na ativa, afirmam que a retirada por completo das tropas estadunidenses do Iraque em 2011 deixaram as portas abertas para o surgimento do ISIS. Os militares afirmam que uma força de combate aérea e terrestre poderia ter fortalecido as Forças de Segurança Iraquianas e impedido o ISIS de invadir o Iraque ao norte e ao oeste. Além disso, teria evitado o mal causado à estrutura governamental iraquiana pelo Primeiro Ministro al-Malaki e contribuído para a diminuição dos conflitos entre xiitas, sunitas e curdos (SCARBOROUGH, 2015).

Com base nesses fatos é possível afirmar que o somatório das ações de política externa dos governos Bush e Obama para o Oriente Médio contribuíram de modo direto para o surgimento do ISIS, proporcionando ao grupo um vácuo de poder que possibilitou a sua ascensão. O que pode ser visto como mais um caso de *Blowback* na política externa estadunidense.

Blowback: o surgimento do ISIS (2014)

A fim de confirmarmos a hipótese de que o surgimento do ISIS é mais uma forma de *Blowback* advinda da política externa dos EUA, faz necessário analisar de que modo se deu a ascensão do grupo que em junho de 2014, surpreendeu a comunidade internacional, ao ser uma organização terrorista até então desconhecida que escalou ao poder em uma das regiões mais estratégicas do mundo e passou a se identificar como o Estado Islâmico do Iraque e Síria, na sigla em inglês.

O ISIS conquistou a cidade de Mossul, no Iraque e proclamou-se como o mais novo Califado existente na terra, desafinado a soberania dos Estados existentes e ameaçando modificar completamente as fronteiras do atual sistema internacional (GEORGES, 2014). O grupo logo se tornou a principal manchete nos jornais do mundo inteiro pelas práticas brutais de tortura empregadas contra aqueles que

consideram infiéis⁴ e a instrumentalização das mesmas como uma forma de propaganda e recrutamento por meio da internet. Atualmente, o ISIS ocupa territórios não apenas no Iraque e Síria, mas também no Egito e Líbia e já reivindicou a responsabilidade por atentados terroristas na França, Bélgica e Estados Unidos (CNN, 2017; THE NEW YORK TIMES, 2016)⁵.

De acordo com Napoleoni (2014), apesar da incapacidade de políticos e acadêmicos de prever o surgimento do ISIS e de elencar o que poderia ser feito para o ter evitado, há duas respostas que explicam o fenômeno. A resposta longa, segundo a autora, se encontra na divisão territorial do Oriente Médio no pós-guerra, quando a região estava debaixo do controle de potências ocidentais. A resposta sucinta, no entanto, pode ser encontrada na invasão do Iraque pelos EUA, em 2003, e a na Guerra Civil da Síria. A primeira teria lançado as bases conceituais e intelectuais do grupo, já a segunda, teria proporcionado uma plataforma de lançamento para que ele concretizasse as suas ambições (NAPOLEONI, 2014).

O argumento da autora corrobora a hipótese do presente artigo de que o surgimento do ISIS foi uma variável dependente da política externa dos EUA para o Oriente Médio entre 2003 e 2011 e que por isso, enquadra-se no que a CIA define como *Blowback*. O grupo terrorista é oriundo da Al-Qaeda do Iraque, a qual, por sua vez, é fruto do grupo afegão Talibã. Logo, segundo Rose (2015), é possível afirmar que do mesmo modo que a Al-Qaeda é, de muitas maneiras, um produto das ações dos EUA no Oriente Médio, o ISIS também seria.

O autor ressalta que o surgimento do ISIS está diretamente ligado à invasão e ocupação do Iraque pelos EUA em 2003, que instituiu divisões sectárias entre sunitas, xiitas e curdos, que antes da invasão viviam pacificamente e sem nenhuma rivalidade entre eles. Além disso, outro fator que teria contribuído para a ascensão do grupo terrorista foi o aumento da corrupção, bem como das políticas oligárquicas facilitadas pelo governo iraquiano liderado pelos EUA; o que teria culminado na eleição do

⁴ O grupo considera *Kaffir* ou infiel, todo aquele que não se submete à rígida interpretação das leis islâmicas feitas pelo grupo, sobretudo cristãos, yazidis e outras minorias religiosas, bem como muçulmanos xiitas ou não religiosos.

⁵ A CNN tem compilado uma lista de todos os atentados realizados pelo ISIS ao redor do mundo, desde o seu surgimento até o presente momento, sendo atualizada a cada nova ação terrorista pela qual o grupo de responsabiliza. No entanto, uma rápida pesquisa no Google é suficiente para ter-se uma noção da cobertura que a mídia internacional tem dado ao ISIS e suas ações terroristas.

Primeiro Ministro Nouri Al-Maliki em 2006, o qual permaneceu no cargo até 2014 (ROSE, 2015).

Além da violência sectária oriunda da invasão estadunidense em 2003, Rose (2015) destaca outro fator relevante que teria possibilitado o surgimento exponencial do ISIS: a Guerra Civil na Síria. O conflito entre as forças do ditador sírio Bashar Al-Assad que bombardeava e destruía cidades onde viviam civis e as forças de grupos *jiadistas* que assassinavam cristãos e alauítas por motivos religiosos, tornou o ambiente bastante propício para o surgimento de grupos radicais islâmicos, inclusive o ISIS.

Essa análise é compartilhada por Sekullow (2014), que ressalta que com os levantes populares na Síria, os jihadistas sunitas do ISIS e da AQI, só conseguiram se estabelecer como um Califado após conquistarem territórios sírios, em virtude da corrupção do exército sírio e do patrocínio oriundo dos países do Golfo. Napoleoni (2014) por sua vez, ressalta que o ISIS teria surgido da fusão estratégica de outro grupo terrorista, o chamado Estado Islâmico do Iraque, com a Frente al-Nusra da Síria, ambos ligados à Al-Qaeda.

A aliança foi orquestrada em 2013, por Abu al-Baghdhadi, atual líder do ISIS. Porém, provocou a cisão de vários comandantes da al-Nusra e resultou em rivalidades no seio da insurgência síria. A situação piorou com o envolvimento indireto dos EUA no conflito sírio. Embora o país tenha se recusado a intervir diretamente como havia feito no Iraque em 2003, supriu frequentemente com armas, dinheiro e inteligência, grupos de oposição a Assad considerados “moderados”. Entretanto, na maioria dos casos, os suprimentos estadunidenses foram desviados, não alcançando o alvo proposto ou sendo dado a grupos que colaboravam diretamente com ISIS, a Frente Nusra, a Al-Qaeda e outros grupos terroristas (ROSE, 2015).

Essa atuação dos EUA na Guerra Civil da Síria pode ser considerada como parte do que Napoleoni (2015) considera como “guerra por procuração”, um fenômeno comum durante a Guerra Fria, mas cada vez mais comum e que consiste no fato de Estados soberanos patrocinarem entidades não estatais para participar de guerras em seu lugar. Em algumas ocasiões, no entanto, essas organizações armadas conseguem alcançar a independência econômica e criam as suas próprias infraestruturas nacionais, dando origem a Estados-fantasmas. Foi isso o que a Organização para a Libertação Palestina fez sob a liderança de Yasser Arafat e o que o ISIS tem feito com Abu al-Baghdhadi. Diferente da OLP, porém, o ISIS tem acesso a equipamento militar do Ocidente, em virtude de seus patrocinadores kuaitianos,

catarinos e sauditas. Além disso, segundo a autora, no caso do ISIS a situação é ainda pior, uma vez que a Rússia anda fornecendo armas ao governo de Assad e Washington está armando rebeldes sírios combatentes do governo de Assad, os quais, têm tido as suas armas confiscadas pelo ISIS a cada vitória (NAPOLEONI, 2015).

Cockburn (2015) reitera o papel exercido pela Arábia Saudita, Catar e Kuwait, juntamente com os EUA no financiamento do ISIS e confirma a assertiva de Rose (2015) de que o grupo é um *Blowback* resultante da política externa dos EUA para o Oriente Médio após o 11 de Setembro. De acordo com o autor, o “ISIS é filho da guerra” (p.41), fruto da guerra no Iraque em 2003 com a invasão estadunidense e da Guerra Civil Síria, iniciada em 2011. Para ele,

[é] consenso entre os governos e a mídia, no Ocidente, que a guerra civil no Iraque foi reacendida pelas políticas sectárias do primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Malik. Na verdade, foi a guerra na Síria que desestabilizou Bagdá, quando grupos *jihadistas* como o ISIS, à época chamado de Al-Qaeda no Iraque, encontraram um novo campo de batalha, onde puderam lutar e florescer. Foram os Estados Unidos, a Europa e seus aliados regionais na Turquia, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Emirados Árabes que criaram as condições para a ascensão do ISIS. Eles sustentaram um levante sunita na Síria, que se espalhou para o Iraque (COCKBURN, 2015, p. 41).

Logo, a literatura utilizada sugere que o ISIS é uma consequência direta tanto da política externa intencionista de Bush em 2003 como da tentativa de Obama, em 2011 de não se envolver diretamente no Oriente Médio, mas ainda assim assegurar os interesses estratégicos dos EUA na região, principalmente por meio das relações com os países do Golfo. Assim, do mesmo modo que os atentados terroristas do 11 de Setembro e a Al-Qaeda foram um *Blowback* resultante das ações dos EUA e da CIA durante a Guerra Fria no Afeganistão com a criação dos *mujahideens* e o Talibá, o ISIS e a Guerra Civil na Síria são um *Blowback* da Guerra do Iraque em 2003 e da Guerra ao Terror. Mais uma vez, a busca dos EUA pelos seus interesses no Oriente Médio trouxe resultados contrários a suas ambições iniciais.

Considerações Finais

Desde que o termo *Blowback* foi formulado em 1954, pela CIA, para descrever os desdobramentos indesejados da operação que depôs o presidente iraniano Mohammed Mosaddegh em 1953, até os dias atuais, a palavra é capaz de explicar

uma série de acontecimentos marcantes da política externa dos EUA para o Oriente Médio. Isso se aplica desde os atentados do 11 de Setembro, em 2001 até o surgimento do ISIS, mais de dez anos depois, em 2014.

Desse modo, é possível concluir que há uma relação causal entre a ascensão do grupo terrorista e a política externa estadunidense para o Oriente entre 2003 e 2011, durante os governos dos presidentes George W. Bush e Barack Obama; apesar das divergências ideológicas e partidárias que os distinguiam e das diferentes estratégias que puseram em prática. O que foi ainda mais agravado devido às variáveis intervenientes da Guerra do Iraque em 2003 e da Primavera Árabe em 2014.

Como parte da estratégia da Guerra ao Terror resultante do atentado do 11 de Setembro, os EUA decidiram intervir no Iraque em 2003, mesmo sem autorização do Conselho de Segurança da ONU e com pouco apoio da comunidade internacional. A justificativa, que logo provou-se falsa, era que o regime de Saddam possuía armas de destruição em massa e mantinha relações com a Al-Qaeda. A ação, no entanto, ao invés de assegurar os interesses estadunidenses no país, contribuiu apenas para a desintegração do Estado iraquiano, uma vez a deposição de Saddam Hussein pela administração Bush desestabilizou o equilíbrio de poder interno do Iraque. Isso levou a uma série de conflitos sectários entre milícias de muçulmanos xiitas e sunitas, ocasionando até mesmo uma guerra civil entre 2006 e 2007. Esses conflitos forneceram as condições propícias para o surgimento do ISIS, ao fortalecer a Al-Qaeda no Iraque, que mais tarde daria origem ao grupo. O que foi agravado pelas políticas discriminatórias executadas pelo Primeiro Ministro iraquiano Nouri al-Maliki, o qual, por ser xiita, foi responsável por perseguir a população sunita e outros grupos minoritários, não lhes dando outra saída a não ser a insurreição armada.

A situação piorou ainda mais em 2011, com o surgimento da Primavera Árabe e a consequente Guerra Civil na Síria. Somou-se a isso a retirada das tropas estadunidenses do Iraque por parte da Administração Obama, a qual deu início a uma nova estratégia para o Oriente Médio, baseada no não engajamento. Como parte dessa estratégia, os EUA decidiram não intervir diretamente no conflito na Síria, mas, juntamente com os seus aliados sauditas, catarinos e kuaitianos, ofereceram armas e treinamento militar por agências de inteligência estadunidenses a grupos rebeldes da oposição ao presidente sírio Bashar al-Assad. Todo esse investimento, no entanto, chegou ao controle do ISIS e assim permitiu ao grupo emergir em junho de 2014 como a mais nova ameaça à segurança internacional.

Conclui-se, portanto, que o ISIS é apenas mais dos vários *Blowbacks* decorrentes da política externa estadunidense para o Oriente Médio. O que pode ser

provado pelo fato de que se o presidente Bush não houvesse decidido intervir no Iraque em 2003, mesmo sem evidências que Saddam Hussein dispunha armas de destruição em massa, o país, embora não fosse uma democracia, ainda seria um Estado forte. Isso teria garantido o equilíbrio de poder entre os diferentes grupos étnicos e religiosos que compõem a sociedade iraquiana, evitando o surgimento de grupos terroristas sunitas, como o ISIS e a AQI. Além disso, também teria contribuído para o equilíbrio da balança de poder no Oriente Médio como um todo. Algo que talvez tivesse diminuído o impacto que a Primavera Árabe teve na Síria, uma vez que os rebeldes sírios não teriam tido o apoio dos jihadistas iraquianos.

Logo, a invasão do Iraque em 2003 foi um erro estratégico semelhante à deposição de Mohammed Mosaddegh no Irã, em 1953. Tal erro, no entanto, foi agravado ainda mais em 2011 com a retirada total das tropas estadunidenses do Iraque. Embora o presidente Obama estivesse buscando seguir uma política externa mais aos moldes da “escola jeffersoniana”, sem a utilização da força para o alcance do interesse nacional, a manutenção de parte das tropas estadunidenses no Iraque teria impedido o aumento dos conflitos sectários no país e consequentemente o surgimento do ISIS, em 2014. Embora o democrata tenha se oposto à guerra no Iraque desde o início, ele precisava ter reconhecido que retirar as tropas por completo antes que o país oferecesse indícios de uma verdadeira estabilização não contribuiria para o alcance do interesse nacional estadunidense. Pelo contrário, poderia gerar ainda mais instabilidades no Oriente Médio e consequentemente, mais insegurança para os EUA.

Por fim, o equívoco maior cometido por Obama em sua política externa, e que contribuiu ainda mais para o surgimento do ISIS, foi a tentativa de *regime-change* na Síria, por meio do apoio dado aos rebeldes sírios considerados moderados pelos aliados dos países do Golfo. Se não fosse o apoio internacional fornecido às facções sírias talvez a Primavera Árabe no país tivesse o mesmo fim que em outros lugares do Oriente Médio, como o Bahrein, onde os protestos foram durante reprimidos, mas o país não mergulhou em uma guerra civil. Isso não teria atendido às expectativas dos manifestantes sírios contra o regime de Assad, mas teria contribuído para o interesse nacional dos EUA, o que supostamente é objetivo de sua política externa para o Oriente Médio.

■ Alexandre Leite é Pós-doutor em Ciência Política/Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Pernambuco. E Professor dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UEPB) e em Gestão Pública e Cooperação Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PGPCI/UFPB) e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP/UEPB/CNPq). E-mail: alexccleite@gmail.com.

■ Igor Faria é Mestrando do PPGRI/UEPB. E-mail: igorhsabino@hotmail.com.

■ Andrea Maria Pacífico é Pós-doutora em Direito Internacional dos Refugiados, pela Universidade de York. E Professora do PPGRI/UEPB e Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA/UEPB). E-mail: apacifico@hotmail.com.

■ Cristina Carvalho Pacheco é Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas. E Professora do PPGRI/UEPB. E-mail: criscpacheco@gmail.com.

Referências

- ARQUILA, John. *The Reagan Imprint – Ideas in American Foreign Policy from the collapse of communism to the war on terror*, 2006.
- ALARCON, Danilo. Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura. 142 f., *Dissertação* (Mestrado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- BBC. *Life in Iraq* Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/in_depth/post_saddam_iraq/html/3.stm>. Acessado em: 7 mai. 2017.
- BERGEN, Peter; REYNOLDS, Alec. Blowback Revisited. *Foreign Affairs*. November/December 2005 Issue. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/afghanistan/2005-10-01/blowback-revisited>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BOWEN, Stuart W. *Learning from Iraq: A Final Report from the U.S. Special Inspector General For Iraq Reconstruction*, 2013.

- CNN. *ISIS goes global: 143 attacks in 29 countries have killed 2,043*. 16 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/12/17/world/mapping-isis-attacks-around-the-world/>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- COCKBURN, Patrick. *A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão Jihadista*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2015.
- DALACOURA, Katerina. US democracy promotion in the Arab Middle East since 11 September 2001: a critique. *International Affairs*, n. 81, v. 5, 2005.
- DANAHAR, Paul. *The New Middle East: The World After The Arab Spring*. Bloomsbury, Nova York, 2013.
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.
- FITZGERALD, David; RYAN, David. *Obama, US Foreign Policy and the Dilemmas of Intervention*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2014.
- GEORGES, Amaryllis. ISIS Rhetoric for the Creation of the Ummah. *TRENDS Research & Advisory*. Abu Dhabi, 2014.
- GORDON, Mark A. U.S. in the Unipolar Moment: Analysis of George W. Bush Middle East Foreign Policy. 132 f. *Thesis* (Master of Arts in Political Science), Virginia Polytechnic Institute and State University. Blacksburg, 2014.
- JOHNSON, Chalmers. *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*. Henry Holt, New York, 2000.
- KENNEDY-PIPE, Caroline. American Foreign Policy After 9/11. In.: COX, Michel; STOKES, Doug. *US Foreign Policy*. Oxford University Press, Oxford, 2012.
- LYNCH, Marc. Obama and the Middle East: Rightsizing the U.S. Role. *Foreign Affairs*, 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/1115032>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- MEAD, Walter Russell. *Uma Orientação Especial – A política externa norte-americana e sua influência no mundo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.
- MEARSHIRMER, John. *War with Iraq is not in America's National Interest*. 2006. Disponível em: <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/P0012.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- MILLER, Linda B. The US and the Middle East in theory and practice since 9/11. In.: PARMAR, Inderjeet, et al. (Org). *New Directions in US Foreign Policy*. Routledge, New York, 2009.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
- NAPOLEONI, Loreta. *A Fênix Islamita: O Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- OBAMA, Barack. Transcript: President Obama Iraq speech. *BBC News*. 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-16191394>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 1441 (2002). *Security Council*. 8 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/1441.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- OWEN IV, John M.. Who Says Democracies Don't Fight?. *Foreign Affairs*, 2005. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/review-essay/2005-11-01/iraq-and-democratic-peace>. Acesso em: 12 mai. 2016.

- PERKINS, John. *Confessions of an Economic Hitman*. New York: Penguin Group, 2004.
- PAVGI, Kedar. Barack Obama's Foreign Policy. *Foreign Policy*, 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/11/17/barack-obamas-foreign-policy/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- RESENDE, Erica S. A. *Americanidade, puritanismo e política externa*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2012.
- ROSE, Jarret Robert. Blowback: The American Military Empire, "Free-Market" Globalization, the Iraq Wars and the Rise of Islamic State. 55 f. *Thesis* (Master of Arts in Sociology). Faculty of San Diego State University. San Diego, 2015.
- SAIKALY, Ramona. Decision Making in U.S. Foreign Policy: Applying Kingdon's Multiple Streams Model to the 2003 Iraq Crisis. 238 f. *Dissertation* (Doctor of Philosophy in Political Science). Kent State University, Ohio, 2009.
- SCARBOROUGH, Rowan. U.S. troop withdrawal let Islamic State enter Iraq, military leaders say. *The Washington Times*. 26 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2015/jul/26/us-troop-withdrawal-let-islamic-state-enter-iraq-m/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- SEKULOW, Jay et al. *Rise of ISIS: a threat we can't ignore*. Brentwood: Howard Books, 2014. Kindle Edition.
- THE ECONOMIST. *The Arab spring, five years on*. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/01/daily-chart-8>>. Acessado em: 7 mai. 2017.
- THE ECONOMIST. *The Islamic State of Iraq and Greater Syria: Two Arab countries fall apart*. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21604230-extreme-islamist-group-seeks-create-caliphate-and-spread-jihad-across>>. Acessado em: 7 mai. 2017.
- THE NEW YORK TIMES. *How Many People Have Been Killed in ISIS Attacks Around the World*. 16 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2016/03/24/world/100000004292457.mobile.html?_r=0>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- US PRESIDENT. *President Delivers "State of the Union"*. 28 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Algumas Tendências da Política Externa dos EUA após o Fim da Guerra Fria. *Intelector*. Ano 3, v. 3, n. 6, jan-jun 2007, Rio de Janeiro.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Elsevier Editora, Rio de Janeiro, 2014.

*Texto recebido em 24 de maio de 2017.
Aprovado em 23 de julho de 2017.*